

Jorge Martins Ribeiro - *Liberalismo e Revolução Liberal de 1820. Novas interpretações*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 3-8. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a1

Liberalismo e Revolução Liberal de 1820. Novas interpretações

Liberalism and Liberal Revolution of 1820. New interpretations

Libéralisme et Révolution Libérale de 1820. Nouvelles interprétations

Liberalismo y Revolución Liberal de 1820. Nuevas interpretaciones

Jorge Martins Ribeiro
Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»
(CITCEM)-FLUP
jrbeiro@letras.up.pt

Resumo: No bicentenário da Revolução Liberal de 1820, a Revista da FLUP- História, no seu v. 10, nº 2 (2020) publica um dossiê relacionado com este evento, com o objetivo de permitir uma reflexão sobre o liberalismo português, de acordo com as novas tendências historiográficas. Este tema foi alvo de grande interesse, por parte de historiadores e escritores portugueses, bem como estrangeiros dos séculos XIX e XX. De facto, o pronunciamento militar de 24 de agosto de 1820 foi capital na História de Portugal, pois permitiu a realização das primeiras eleições por sufrágio direto, jamais realizadas no país e a redação da primeira Constituição Liberal, a de 1822.

Palavras-chave: Revolução Liberal, Liberalismo, Historiadores, Escritores, Livros.

Abstract: In the bicentenary of the Liberal Revolution of 1820, the *Revista da FLUP – História* in its v.10, nº 2 (2020) publishes a dossier related with this event, that has the objective to allow a reflection on the Portuguese Liberalism, accordingly to the new historiographical tendencies. This theme was object of great interest by Portuguese historians and writers, as well as foreigners, in the 19th and 20th centuries. In fact, the military rebellion of the 24th August 1820 was of vital importance, in the History of Portugal, as it made possible the realization of first elections, by direct suffrage that ever took place in the country and the writing of the first Liberal Constitution in 1822.

Keywords: Liberal Revolution, Liberalism, Historians, Writers, Books.

Résumé: À propos du bicentenaire de la Révolution Libérale de 1820, la *Revista da FLUP – História* dans son v. 10, nº 2 (2020) publie un dossier sur cet événement, avec l’objectif de permettre des réflexions sur le libéralisme portugais, d’accord avec les nouvelles tendances historiographiques. Ce thème fut objet de grand intérêt de la part d’historiens et écrivains portugais, aussi comme étrangers, au XIX^{ème} et XX^{ème} siècles. En effet, la révolte militaire du 24 août 1820 fut capital dans l’Histoire du Portugal, car il a permis qu’eurent lieu les premières élections para suffrage directe, jamais réalisés au pays et la rédaction de la première Constitution Libérale, celle de 1822.

Mots-clés: Révolution Libérale, Libéralisme, Historiens, Écrivains, Livres.

Resumen: A propósito del bicentenario de la Revolución Liberal del 1820, la *Revista da FLUP- História*, en su v. 10, nº 2 (2020) publica un dossier relacionado con este acontecimiento, con el objetivo de permitir una reflexión sobre el liberalismo portugués, de acuerdo con las nuevas tendencias historiográficas. Este asunto fue objeto de un gran interés por parte de historiadores y escritores portugueses, bien como extranjeros, de los siglos XIX y XX. De hecho, el pronunciamento militar del 24 de agosto de 1820 fue capital en la Historia del Portugal, pues permitió que tuviesen lugar las primeras elecciones, por sufragio directo, jamás realizadas en el país y la redacción de la primera Constitución Liberal, la del 1822.

Palabras clave: Revolución Liberal, Liberalismo, Historiadores, Escritores, Libros.

Jorge Martins Ribeiro - *Liberalismo e Revolução Liberal de 1820. Novas interpretações*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 2. 2020. 3-8. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a1

Neste ano de 2020, passam 200 anos sobre a primeira revolução liberal portuguesa, que teve lugar, na cidade do Porto, a 24 de agosto do ano de 1820, onde ocorreu um pronunciamento militar, que esteve na origem do regime liberal em Portugal, o qual apenas triunfa totalmente em meados do século.

O dossiê deste número da História – Revista da FLUP, intitulado *Liberalismo e Revolução Liberal de 1820. Novas interpretações*, pretende refletir e fazer uma releitura sobre o liberalismo português à luz das novas tendências historiográficas. Ainda no século XIX foram publicadas obras incontornáveis para a interpretação crítica do ocorrido, como, por exemplo a de José Arriaga, intitulada a *História da Revolução Portuguesa de 1820*, dada à estampa em 1886 (Arriaga, 1886), a de Luz Soriano, *História do Cerco do Porto de 1849* (Soriano, 1889-1890), bem como a do mesmo autor *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*, impressa entre 1866 e 1890 (Soriano, 1866-1890) e a de Manuel Borges Carneiro, *Portugal regenerado em 1820* (Lisboa, 1820). Além disto, foram publicadas entre 1883 a 1891, fontes para o estudo deste tema, pois foram dados à estampa, em Lisboa, 8 tomos, intitulados *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa* com documentação que cobre o período entre 1820 e 1831.

Todos os grandes autores do século XIX e inícios do século XX, como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Teófilo Braga e Raul Brandão escreveram sobre a Revolução de 1820 e o liberalismo em Portugal. O interesse por este tema continuou no século XX com Joaquim de Carvalho, Artur de Magalhães Basto, Julião Soares de Azevedo e Armando de Castro, este com a *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (fim do século XVIII a inícios do século XX)* (Castro, 1947). Igualmente Vitorino Magalhães Godinho, se ocupou desta matéria, num livro que fez escola intitulado *Prix et Monnaies du Portugal (1750-1850)* (Paris, 1955). Após estas, e mais recentes, temos a obra de Fernando Piteira Santos intitulada *Geografia e Economia da Revolução de 1820* (Lisboa, 1962) e a de Vítor de Sá, *A crise do Liberalismo: As primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal. 1820-1825* (Lisboa, 1974), tal como as de Jacinto do Prado Coelho, José Augusto França e Joel Serrão.

O liberalismo português também despertou interesse entre autores estrangeiros, nomeadamente brasileiros, como Sérgio Buarque da Holanda e José Calasans. Também

Jorge Martins Ribeiro - *Liberalismo e Revolução Liberal de 1820. Novas interpretações*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 3-8. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a1

o francês Albert Silbert produziu uma obra intitulada *Chartrisme et Septembrisme (La vie politique à Porto de 1836 à 1839 d'après les consuls français)* (Coimbra, 1953).

Mais recentemente, já neste ano de 2020, foram publicadas várias obras referentes à Revolução de 1820, como por exemplo a de José Manuel Lopes Cordeiro intitulada, *1820 Revolução Liberal do Porto*, patrocinada pela Câmara Municipal do Porto (Porto, 2020), a de Rui Albuquerque, *1820 O liberalismo em Portugal* (Lisboa, 2020). a de Benedicta Maria Duque Vieira, *Liberdade e Justiça sob o signo da Revolução de 1820* (Lisboa, 2020) e os livros da autoria de Vital Moreira e José Domingues sob o título comum: *No Bicentenário da Revolução Liberal*, estando até agora disponíveis os volumes I e II (Porto, 2020).

Além disto não devemos esquecer os inúmeros artigos que nestes últimos 200 anos têm tratado do pronunciamento militar de 1820 e do liberalismo em Portugal. Nesta breve introdução ao dossiê da Revista, não é nossa intenção apresentar uma bibliografia completa de tudo quanto foi escrito sobre este tema, mas sim chamar a atenção para este fenómeno político, capital na secular história de Portugal. Referir o interesse que tem despertado e as novas interpretações dos acontecimentos que levaram à eleição da primeira assembleia constituinte, através do voto “popular” e conseqüentemente à redação da primeira Constituição, a de 1822. Na realidade, este primeiro sufrágio, que teve lugar em 1821, está longe de ser universal, tal como hoje o entendemos, mas foi dado um grande passo no sentido da representatividade popular, de acordo com a filosofia das Luzes e da divisão tripartida dos poderes tão cara a certos “filósofos” setecentistas, tal como Montesquieu.

A Constituição de 1822, em muitos aspetos, modelada de acordo com a de Cádiz, mantinha a monarquia, embora como o poder residisse nos cidadãos, o texto afirmava claramente que a autoridade do rei, embora *indivisível e inalienável* provinha da Nação (Portugal, 50). E de acordo com Marcelo Caetano o rei era uma simples sobrevivência numa constituição sem princípios monárquicos. Era, de facto, um texto muito avançado para a época, pois todos os homens, que soubessem ler e escrever, tinham direito a voto (Marques, 2002, 239-240; Ribeiro, 2008, 87).

Apesar de nada disto ter sido alcançado sem luta e ter sofrido a reação daqueles que queriam manter o Antigo Regime, será de lembrar que quem possibilitou esta transição foi a insuspeita figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, representante

típico do Despotismo Iluminado. De facto, através da reforma da Universidade de Coimbra de 1772, segundo A. H. de Oliveira Marques “teve o grande mérito de (involuntariamente) preparar o País para a revolução liberal de XIX”. Na realidade, como até à implantação da República foi a única Universidade existente em Portugal, era o local onde estudavam as elites de Portugal e do Brasil, pelo que os futuros dirigentes das duas nações aprenderam “o método experimental, a observação e, [a] encarecer a positividade e a razão” (Marques, 1977, 560-561, 570).

Assim, uma vez passadas as convulsões das invasões francesas, existia uma elite intelectual descontente com o curso dos acontecimentos, nomeadamente a permanência da corte e de família real no Brasil, o território metropolitano português, entregue a uma Junta de Regência dominada pelo General Beresford. A sangrenta repressão da conspiração de Gomes Freire de Andrade com a execução dos principais conspiradores, levou em 1818, à fundação, na cidade do Porto, do Sinédrio. Nesta tertúlia secreta pontuavam vários intelectuais, prontos para intervirem publicamente, logo que fosse possível e necessário. Isto ocorre precisamente a 24 de agosto de 1820, que dá início efetivo ao movimento liberal, embora apenas 14 anos depois e após uma guerra fratricida, este triunfo em Portugal.

Acreditamos pois, na sequência de uma nova leitura das fontes e de trabalhos recentemente publicados que os 4 artigos que constituem este dossiê: *A clivagem Estado-Igreja na Monarquia Liberal (1820-1910)*, *O local e o regional na construção da cidadania: algumas reflexões sobre o liberalismo português*, *A(s) comunidade(s) do Mosteiro de S. Salvador de Travanca nas vésperas da sua extinção: os (des)usos do património*, *Evocações históricas do liberalismo a partir da República*, em Raul Brandão, são um contributo para uma melhor perceção das decorrências do que foi o pronunciamento militar de 4 de agosto de 1820 e a transformação que o Liberalismo provocou no Portugal de oitocentos.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Rui (2020), *1820 O liberalismo em Portugal*, Lisboa, Alethea Editora.

ARRIAGA, José de (1886-1889), *História da Revolução Portuguesa de 1820*, 4 vols., Porto, Livraria Portuense, Lopes & C.^a Editores.

CARNEIRO, Manuel Borges (1820), *Portugal regenerado em 1820*, Lisboa, Tip. Lacerdina.

CASTRO, Armando de (1947), *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (fim do século XVIII a inícios do século XX)*, [S.l.: s.n.], (Lisboa - Tip. Rádio Renascença).

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2020), *1820 Revolução Liberal do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1955), *Prix et Monnaies du Portugal (1750-1850)*, Paris, Armand Colin.

MARQUES, A. H. de Oliveira (2002), “Organização Administrativa e Política” in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, Lisboa, Editorial Presença.

MARQUES. A. H. de Oliveira (1977), *História de Portugal*. vol 1. Lisboa, Palas Editores.

MOREIRA, Vital; DOMINGUES, José (2020), *No Bicentenário da Revolução Liberal. Da Revolução à Constituição, 1820-1822*, vol. I, Porto, Porto Editora.

MOREIRA, Vital; DOMINGUES, José (2020), *No Bicentenário da Revolução Liberal. Os 40 dias que mudaram Portugal*, vol. II, Porto, Porto Editora.

PORTUGAL, Parlamento (2004), *Constituições Portuguesas - 1822/1826/1838/1911/1933*. Lisboa: Assembleia da República.

PORTUGAL. Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa (coord.) (1883-1891). *Documentos para História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, 8 vols., Lisboa, Imprensa Nacional.

RIBEIRO, Jorge Martins (2008), “La importancia de la ideología y de los artículos de la Constitución de Cádiz para la eclosión de la Revolución de 1820 en Oporto y la Constitución Portuguesa de 1822” in Alberto Ramos Santana e Alberto Romero Ferrer (eds.), *Cambio político y cultural en la España de Entresiglos*. Cádiz, Publicaciones da la Universidad de Cádiz.

Jorge Martins Ribeiro - *Liberalismo e Revolução Liberal de 1820. Novas interpretações*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 3-8. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2a1

SÁ, Vítor (1974), *A crise do Liberalismo: As primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal: 1820-1825*, Lisboa, Seara Nova.

SANTOS, Fernando Piteira (1962), *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, Lisboa, Europa-América.

SILBERT Albert (1953), *Chartrisme et Septembrisme: La vie politique à Porto de 1836 à 1839 d'après les consuls français*, Coimbra, Coimbra Editora.

SORIANO, Simão José da Luz (1866-1890), *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*, 19 vols., Lisboa, Imprensa Nacional.

SORIANO, Simão José da Luz (1889-1890) *História do Cerco do Porto de 1849*, 2 vols., Porto, A. Leite Guimarães.

VIEIRA, Benedicta Maria Duque (2020), *Liberdade e Justiça sob o signo da Revolução de 1820*, Lisboa, Colibri.